

PROGRAMA ATENA - ESTRATÉGIAS E AÇÕES EM
ADVOCACY PARA A CIDADANIA LGBTI NOS PODERES
EXECUTIVOS ESTADUAIS

MAPA DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ POLÍTICAS MATRICIAIS



INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (1-5)

2,94 Órgão Gestor

3,14 Conselho estadual

2,16 Plano/Programa

ORÇAMENTO GENÉRICO
PPA 2020-2023: 03 DIRETRIZES

OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE CONTROLE

MPPI



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

DPPI



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

PCPI



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

TJPI



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

ALPI



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

DIREITOS NA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

2004



Lei PI nº 5.431, de 29 de dezembro de 2004: Dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.

2006



Decreto PI nº 12.097, de 15 de fevereiro de 2006: Regulamenta a Lei nº 5.431, de 29 de dezembro de 2004, que “Dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.

2009



Lei PI nº 5.916, de 10 de novembro de 2009: Assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da Administração Pública direta e indireta e dá outras providências.

2010



Lei PI nº 6.002, de 14 de maio de 2010: Institui no âmbito do Estado do Piauí o Dia Estadual do Orgulho LGBTT e dá outras providências”.

2011



Decreto 14.602, de 10 de outubro de 2011: Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

DIREITOS NA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

2011



Decreto 14.602, de 10 de outubro de 2011: Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

2012



Lei PI 6.291, de 18 de dezembro de 2012: Dispõe sobre a proibição do uso dos recursos públicos e/ou incentivos fiscais para produção e contratação de shows culturais e artísticos que apresentem conteúdo depreciativo, constrangedor, que desvalorize, exponha, incentive ou faça apologia a homofobia, prostituição de menores, qualquer forma de discriminação, violência, principalmente contra a mulher, ou espécie de drogas e dá outras providências.

2013



Emenda Constitucional nº 39, de 16 de julho de 2013: Art. 3º. São objetivos fundamentais do Estado: (III) III - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, etnia, raça, sexo, cor, deficiência física, visual, auditiva, intelectual ou múltiplas, idade, estado civil, orientação sexual, convicção religiosa, política, filosófica ou teológica, trabalho rural ou urbano, condição social, por ter cumprido pena e quaisquer outras formas de discriminação.

2016



Lei PI nº 6.816, de 13 de maio de 2016: Dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública Estadual do Movimento Piauiense de Assistência à Cidadania-